



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

**1.1.** Contratação de empresa para prestação de serviços elétricos, mediante alocação e gestão de postos de trabalho para funções de eletricitista e supervisor, com fornecimento de material de consumo para manutenção corretiva dos circuitos de tomadas elétricas e iluminação, incluindo a instalação de rabichos e extensões nos locais de votação e apuração das Zonas Eleitorais da Capital do Estado da Bahia e Zonas de Feira de Santana, visando à realização das Eleições de 2026, consoante especificações no Anexo A deste Termo de Referência.

**1.2.** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos mediante especificações reconhecidas e usuais de mercado.

**1.3.** O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, sob o regime de execução de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, observadas as regras estabelecidas no instrumento convocatório

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**2.1.** O bom funcionamento do processo eleitoral depende de diversos fatores, dentre eles das condições em que se encontram os locais de votação e apuração, em especial as suas instalações elétricas. As urnas eletrônicas funcionam ligadas a uma tomada elétrica. Necessário, portanto, garantir que cada seção eleitoral tenha, pelo menos, uma tomada em perfeito funcionamento, além de iluminação suficiente. Com o objetivo de colocar à disposição das Zonas Eleitorais da Capital e as Zonas: 154ª (Feira de Santana), 155ª (Feira de Santana e Serra Preta) e 156ª (Feira de Santana) e 157ª (Feira de Santana e Anguera) profissionais na área de eletricidade, a fim de adequar as tomadas e a iluminação dos locais de votação e apuração às necessidades do dia do pleito, é que se justifica a presente contratação.

**2.2.** A justificativa para a contratação está alinhada ao seguinte objetivo estratégico: Prestar serviço de qualidade ao público.

**2.3.** A relação entre os serviços a serem contratados, previstos neste Termo de Referência, e a demanda a ser suprida, restou demonstrada no Estudo Técnico Preliminar.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**3.1.** A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### 4.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 4.1.1** Priorização de materiais que promovam a eficiência energética, especialmente o uso de tecnologia LED;
- 4.1.2** Adoção de procedimentos de segregação e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados;
- 4.1.3** Observância das normas de saúde e segurança do trabalho, em especial a NR-10;
- 4.1.4** Planejamento racional da mobilização das equipes e dos deslocamentos necessários à execução dos serviços.

#### 4.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**4.2.1.** A comprovação de qualificação técnica da empresa será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**a)** comprovante fornecido pela licitante de que possui, em seu quadro permanente de pessoal, na data da licitação, profissional de nível superior com formação em engenharia elétrica, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, por execução de serviços de instalações elétricas, ou declaração de contratação futura, na forma abaixo:

**a.1)** A comprovação do vínculo profissional com a empresa licitante, poderá ser demonstrada através de carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços ou contrato social, ou ainda pela certidão de registro da licitante na entidade profissional competente, desde que nessa certidão conste o nome do profissional, ou ainda, de declaração da contratação futura do profissional, desde que acompanhada da declaração de sua anuência.

**b)** Apresentação de comprovante de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região a que estiver vinculada a licitante

**b.1)** Caso a licitante vencedora seja registrada em outra circunscrição e não apresente a certidão de registro do CREA da Bahia, deverá entregar, **antes do início do serviço**, certidão visada pelo CREA da Bahia, de acordo com o artigo 14 da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do CONFEA, que disciplina:

*Art. 14. A pessoa jurídica registrada que pretenda executar atividade na circunscrição de outro Crea fica obrigada a visar previamente o seu registro no Crea dessa circunscrição.*

*§ 1º O visto será concedido apenas no caso em que atividade não exceda 180 (cento e oitenta) dias.*

*§ 2º O visto deve ser requerido por representante legal da pessoa jurídica, com a prova do registro originário da pessoa jurídica.*

*§ 3º A pessoa jurídica deve comprovar que possui em seu quadro técnico profissionais com registro ou visto no Crea da circunscrição onde for requerido o visto para executar nessa circunscrição as atividades prescritas em seu objetivo social.*

4.3.1. Os serviços serão prestados no seguinte quantitativo de horas e dias:

**1º TURNO**

PROFISSIONAL	EXPERIÊNCIA	1º TURNO DATA	QUANT. HORAS SEGUNDA À SEXTA	QUANT.HORAS SÁBADO	QUANT. HORAS DOMINGO
<b>SUPERVISOR</b>	Experiência mínima de 02 (dois) anos na área de instalações elétricas prediais	28/09/2026 a 04/10/2026	44	8	12
<b>ELETRICISTA</b>	Experiência na área de instalações elétricas prediais e de telefonia	28/09/2026 a 04/10/2026	44	8	12

**2º TURNO**

PROFISSIONAL	EXPERIÊNCIA	2º TURNO DATA	QUANT. HORAS SEGUNDA À SEXTA	QUANT. HORAS SÁBADO	QUANT. HORAS DOMINGO
<b>SUPERVISOR</b>	Experiência mínima de 02 (dois) anos na área de instalações elétricas prediais	22/10/2026 a 25/10/2026	16	8	12
<b>ELETRICISTA</b>	Experiência na área de instalações elétricas prediais e de telefonia	22/10/2026 a 25/10/2026	16	8	12

4.3.2. Os serviços serão prestados nos períodos de 28/09 a 04/10/2026 obedecendo à seguinte programação:

- a) no dia 28/09/2026 no horário das 8:00 as 12:00 e 13:00 as 17:00h e nos dias 29/09/2026 a 01/10/2026 no horário das 8:00 às 12:00 e 13:00 às 18:00h para vistoria, revisão da iluminação e circuitos de tomadas de todas as seções eleitorais e instalação de rabichos;
- b) no dia 02/10/2026, no horário das 8:00 às 12:00 e 13:00 às 18:00h, e no dia 03/10/2026, no horário das 8:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00h, para a última revisão geral de todas as seções, instalação de extensões e retirada dos rabichos das calhas fluorescentes, deixando-os preparados para a ligação das urnas eletrônicas;
- c) no dia 04/10/2026, **(dia da Eleição - 1º turno)**, das 6:00h às 20:00h, em regime de plantão. As equipes estarão em locais preestabelecidos pelo Tribunal, aptas ao atendimento aos locais de votação para solução de defeitos e/ou atendimentos diversos na área elétrica. Serão concedidos aos profissionais intervalos de 1 (uma) hora para almoço e 1 (uma) hora para o exercício do direito de voto, não necessariamente consecutivos.

Na ocorrência de 2º turno, os serviços serão prestados no período de 22 a 25/10/2026 obedecendo à seguinte programação:

- a) nos dias 22, 23 e 24/10/2026, no horário das 8:00 as 12:00 e 13:00 as 17:00h, para a última revisão geral de todas as seções, instalação de extensões e rabichos, deixando-as preparadas para a ligação com as urnas eletrônicas.
- b) no dia 25/10/2026, **(dia do 2º turno da Eleição, se houver)**, das 6:00h às 20:00h, em regime de plantão. As equipes estarão em locais preestabelecidos pelo Tribunal, aptas ao atendimento aos locais de votação para solução de defeitos e/ou atendimentos diversos na área elétrica. Serão concedidos aos profissionais intervalos de 1 (uma) hora para almoço e 1 (uma) hora para o exercício do direito de voto, não necessariamente consecutivos.

4.3.3. Assinado o contrato, em observância à Lei 6.496/1977 deverá ser apresentada a ART (Anotações de Responsabilidade Técnica) do CREA do responsável técnico da empresa e dos serviços, engenheiro eletricista detentor da documentação a que se refere o item 4.2 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, e antes do início da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, o que ocorrer primeiro, conforme disposto no art. 27 da Resolução nº 1.137, de 31 de março de 2023.

4.3.4. Para os serviços relativos ao 1º turno, o recebimento provisório pela fiscalização dar-se-á no dia 05/10/2026, e o recebimento definitivo até o dia 07/10/2026. No caso da ocorrência de 2º turno, o recebimento provisório será dado no dia 26/10/2026 e o definitivo, até o dia 28/10/2026.

4.3.5. Até o dia 23/09/2026, 03 (três) dias úteis antes do início dos trabalhos, a Contratada deverá encaminhar à fiscalização uma lista contendo o nome dos eletricitistas que comporão a equipe de cada Zona Eleitoral e o do supervisor. Deverá ser encaminhada também a comprovação da experiência dos referidos profissionais, mediante anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social e/ou de contrato de prestação de serviço. Deverá ser entregue na SEMAC e SEMAI a documentação original. Enquanto a empresa não cumprir essa obrigação, e por consequente a fiscalização não tiver analisado a documentação, a Contratada não poderá iniciar os serviços. Recomenda-se ainda o envio prévio da documentação comprobatória de profissionais sobressalentes, a fim de viabilizar eventuais substituições que se façam necessária durante a execução contratual.

4.3.6. Na alocação dos eletricitistas nas zonas eleitorais, deve-se levar em conta os respectivos locais de votação de cada profissional, visando assegurar o direito ao voto.

4.3.7. O prazo para a execução de serviços de correção no dia do plantão, será de até 1 (uma) hora após a abertura do chamado.

4.3.8. Serão vistoriadas todas as Seções Eleitorais da Capital do Estado e Feira de Santana, Serra Preta e Anguera, distribuídos nos locais de votação, para revisão da iluminação e dos circuitos de tomadas. Os serviços compreendem:

- a) substituição, colocação e energização de tomadas, deixando cada seção com pelo menos uma (01) tomada em pleno funcionamento;
- b) reposição das lâmpadas queimadas nas Seções Eleitorais em que a luminosidade estiver precária para a realização do pleito, a critério do respectivo Cartório Eleitoral;
- c) substituição, colocação, energização de tomadas, reposição das lâmpadas queimadas e demais providências necessárias ao perfeito funcionamento.
- 4.3.9.** Nas Seções onde não existirem tomadas, ou que não seja possível colocar pelo menos uma peça em funcionamento, mas houver iluminação do tipo fluorescente, deverão ser instalados rabichos (feitos com cabos paralelos de 2,5 mm<sup>2</sup> de aproximadamente 5 metros, tendo numa extremidade um plug fêmea e na outra extremidade fio desencapado). Os rabichos deverão ser conectados e resguardados na calha das luminárias fluorescentes de tal modo que fiquem fora da visão dos usuários das salas e sejam facilmente manuseados na fase de preparação final dos locais de votação. Deverá ser escolhida a luminária mais distante da porta de entrada e das janelas e mais próxima a um canto do cômodo ou de uma parede “cega” (sem aberturas).
- 4.3.10.** Nas Seções onde a posição das tomadas for totalmente imprópria para instalação da urna ou onde funcionarem mais de uma seção e não existirem tomadas suficientes para atender à necessidade serão instaladas extensões, com o número de tomadas solicitadas. Porém, diferentemente dos rabichos, as extensões não serão instaladas na fase de revisão inicial.
- 4.3.11.** Na etapa de vistoria e revisão da iluminação e circuitos de tomadas, a equipe que concluir a vistoria da Zona de sua responsabilidade antes do prazo estipulado, poderá dar apoio a outras Zonas, a critério da fiscalização do contrato.
- 4.3.12.** Cada equipe será acompanhada por um servidor/preposto do TRE, designado pelo Cartório Eleitoral da respectiva Zona, que acompanhará os trabalhos a fim de possibilitar o ateste da execução dos serviços.
- 4.3.13.** A supervisão administrativa dos serviços ficará a cargo da SEMAC no caso das Zonas da Capital e da SEMAI no caso das Zonas de Feira de Santana, a quem o supervisor da futura Contratada e os responsáveis designados pelo Cartório reportarão os problemas ocorridos na realização dos trabalhos, para definição das soluções a serem adotadas.
- 4.3.14.** Todos os profissionais, durante a execução dos serviços, deverão estar trajados com calça, camisa de mangas e sapatos fechados (botas, tênis, etc.), identificados com o nome da empresa e munidos dos equipamentos de proteção individual necessários à execução das suas tarefas. O fornecimento dos crachás e ferramentas (relacionadas no item 6.8) será da responsabilidade da Contratada.
- 4.3.15.** Cada eletricitista deverá possuir, no mínimo, 01 (um) alicate universal isolado, 02 (duas) chaves de fenda e 01(uma) chave de fenda de teste neon. Escadas dobráveis deverão ser disponibilizadas sempre que necessário para as instalações elétricas.
- 4.3.16.** O transporte das equipes para execução dos serviços será de responsabilidade do Tribunal. Os profissionais deverão estar presentes nos locais de trabalho, pontualmente, no horário determinado, para saída em viaturas providenciadas pelo Tribunal ou Cartório Eleitoral.
- 4.3.17.** Funcionários faltantes e cuja atuação e/ou comportamento sejam prejudiciais à disciplina da repartição ou ao interesse público, deverão ser substituídos em até 24 horas após a comunicação escrita pela Fiscalização à Contratada por intermédio de seu supervisor não comprometendo o término dos serviços contratados.
- 4.3.18.** Os supervisores deverão portar telefone móvel celular, mantendo-o permanentemente ligado, com número de acionamento amplamente divulgado junto à SEMAC, à SEMAI e às Zonas Eleitorais, informando também às equipes que coordenarem. Sempre que houver necessidade, os supervisores visitarão o local dos serviços, mediante chamado da equipe de eletricitistas, comunicado o fato ao Chefe de Cartório. Prestarão seus serviços no município de Salvador (ITEM 1) ou Feira de Santana, Serra Preta e Anguera (ITEM 2), deslocando-se ao local dos serviços com transporte a ser providenciado pelo Tribunal ou Cartório Eleitoral.
- 4.3.19.** Após a conclusão dos serviços, a Contratada deverá entregar a cada Zona Eleitoral um Relatório Final. Esse relatório será o documento comprobatório da efetiva prestação dos serviços realizados conforme condições estabelecidas em Contrato. Deve ser emitido em duas vias, sendo que uma será arquivada no Cartório Eleitoral, e a outra será juntada à nota fiscal quando do envio pela contratada.
- 4.3.20.** O servidor do Cartório Eleitoral designado como fiscal de contrato deverá atestar a realização do serviço em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento do relatório final de execução dos serviços.
- 4.3.21.** Deverá constar no Relatório Final a lista com o quantitativo dos materiais utilizados na manutenção corretiva dos locais de votação de cada Zona Eleitoral, conforme listas exemplificativas nos ANEXOS A (Capital) e B (Feira de Santana).

4.4. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 4.4.1.** A licitação será realizada em empreitada por itens, correspondendo à execução dos serviços com fornecimento de material no ITEM 1 - Salvador (grupo de Zonas Eleitorais) e no ITEM 2 - Zonas Eleitorais 154ª, 155ª e 156ª e 157ª, correspondendo aos Municípios de Feira de Santana, Serra Preta e Anguera, discriminados na Tabela constante no item 4.4.6.
- 4.4.2.** As licitantes vencedoras disponibilizarão os profissionais eletricitistas e supervisores às Zonas Eleitorais de acordo com os quantitativos indicados na Tabela constante no item 4.4.6.
- 4.4.3.** Os eletricitistas realizarão os serviços de revisão, instalação e correção das instalações elétricas dos locais de votação e apuração, com o objetivo de deixá-los prontos para o dia das eleições de 2026.
- 4.4.4.** Os supervisores terão a função de coordenar as equipes de eletricitistas e acompanhar a execução dos serviços, registrando a jornada de trabalho em Folha de Ponto, dando-lhes suporte técnico, com poder de decisão em nome da empresa.
- 4.4.5.** Todos os materiais elétricos necessários para a execução dos serviços serão fornecidos pela licitante vencedora, conforme planilhas exemplificativas nos ANEXOS A (Capital) e B (Feira de Santana) deste Termo de Referência. Os valores a serem pagos à Contratada pelo material estão demonstrados na tabela do item 4.4.7. Os valores previstos para os materiais já estão acrescidos do BDI (Bonificações e Despesas Indiretas) de 13,10%, conforme memória de cálculo demonstrada no ANEXO C deste Termo de Referência.
- 4.4.6.** Planilha com as quantidades de eletricitistas e supervisores:

ITEM 1	ZONAS	MUNICÍPIO	1º TURNO		2º TURNO	
			QUANTIDADE		QUANTIDADE	
			Eletricista	Supervisor	Eletricista	Supervisor

<b>POLO 1 - Salvador</b>	1	Salvador	2	1	2	1
	2	Salvador	2		2	
	3	Salvador	2		2	
	4	Salvador	2		2	
	5	Salvador	2		2	
	6	Salvador	2		2	
	7	Salvador	2		2	
	8	Salvador	2		2	
	9	Salvador	2		2	
	10	Salvador	2		2	
	11	Salvador	2		2	
	12	Salvador	2		2	
	13	Salvador	2		2	
	14	Salvador	2		2	
	15	Salvador	2		2	
	16	Salvador	2		2	
	17	Salvador	2		2	
	18	Salvador	2		2	
	19	Salvador	2		2	
	<b>Total</b>		<b>38</b>	<b>1</b>	<b>38</b>	<b>1</b>
ITEM 2	ZONAS	MUNICÍPIO	1º TURNO		2º TURNO	
			QUANTIDADE		QUANTIDADE	
			Eletricista	Supervisor	Eletricista	Supervisor
<b>POLO 10 - Feira de Santana</b>	154	Feira de Santana	2	1	2	<b>1</b>
	155	Feira de Santana e Serra Preta	3		3	
	156	Feira de Santana	2		2	
	157	Feira de Santana e Anguera	2		2	
	<b>Total</b>		<b>9</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>1</b>

**4.4.7.** Planilha com os valores máximos que poderão ser pagos para as despesas com material elétrico nos itens:

ITENS	MATERIAIS
ITEM 1 - Salvador	R\$ 41.129,97
ITEM 2 - Feira de Santana	R\$ 15.708,68
TOTAL	R\$ 56.838,65

#### 4.5. DO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS

**4.5.1.** Todo o material de consumo necessário à execução dos serviços será fornecido pela Contratada, de acordo com a necessidade dos locais de votação e de apuração. Os valores máximos que serão pagos à Contratada são aqueles que foram estimados pelo TRE, conforme item 3.7, com base nas aquisições de pleitos anteriores. Não será aceita solicitação posterior de ressarcimento caso os

valores estabelecidos sejam ultrapassados na execução dos serviços.

**4.5.2.** As listas que constam nos ANEXOS A (Capital) e B (Feira de Santana) deste Termo de Referência são apenas exemplificativas, cabendo à empresa o fornecimento de materiais elétricos diferentes desses, desde que necessários à recuperação dos locais de votação e de apuração.

**4.5.3.** Com relação às listas exemplificativas de materiais constantes do Anexo B (Feira de Santana), somente serão pagos os quantitativos efetivamente utilizados, os quais deverão ser devidamente atestados pelos chefes de cartório das respectivas zonas eleitorais.

**4.5.4.** No âmbito das zonas eleitorais de Feira de Santana, é obrigação da Contratada prestar previamente aos respectivos chefes de cartório todas as informações necessárias para possibilitar a conferência dos quantitativos e o devido ateste, antes da utilização dos materiais, sob pena de não pagamento dos quantitativos não comprovados.

**4.5.5.** Os quantitativos constantes das planilhas do Anexo B possuem caráter estimativo, não gerando direito à Contratada ao recebimento por materiais não efetivamente utilizados e devidamente atestados, nem obrigação da Administração de executar a totalidade dos quantitativos previstos.

## **4.6 RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**4.6.1.** O recebimento ocorrerá em duas etapas:

**a)** Recebimento provisório: o serviço será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, na data da conclusão da montagem/instalação, que será comunicada formalmente pela Contratada à Fiscalização do Contrato, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de execução inicialmente fixado.

**b)** Recebimento definitivo: no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, a Gestão do Contrato avaliará as características do serviço que, estando em conformidade com as condições pactuadas, será recebido definitivamente, com emissão do respectivo termo.

**4.6.2.** A Contratada garantirá a qualidade do serviço prestado, obrigando-se a reexecutar aqueles que se revelarem impróprios ou inadequados em decorrência de vícios ou defeitos na execução ou de materiais empregados.

**4.6.3.** Em caso de irregularidades apuradas no momento do recebimento, o serviço poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

**4.6.4.** Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com o pactuado, a fiscalização notificará por escrito a Contratada para correção das irregularidades ou substituição, às suas expensas, do serviço recusado, no prazo que lhe restar daquele indicado no subitem 4.3.2.

**4.6.5.** A Contratada garantirá, durante todo o período da contratação, a qualidade do serviço prestado, obrigando-se a reexecutar aquele que se revelar impróprio ou inadequado ao uso a que se destina, em decorrência de vícios ou defeitos na execução ou de materiais empregados.

**4.6.6.** Se apenas parte dos serviços foi executada em desconformidade com o edital e não tendo a Contratada promovido a correção, o Fiscal do Contrato glosará a nota fiscal, no valor do serviço não prestado ou recusado, e a encaminhará para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face à eventual aplicação de multa.

## **5. VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**5.1.** A vigência do Contrato será contada a partir de sua assinatura até o dia 19/12/2026.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.1.2.** As comunicações entre o Tribunal e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.1.3.** A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.1.4.** Após a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, conforme o caso, a Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e pagamento e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **6.2. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO**

### **6.2.1. Fiscal(is) do Contrato**

**6.2.1.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou, na ausência deste(s), pelo(s) substituto(s), atentando-se ao estabelecido neste Termo de Referência, sem prejuízo de observância ao disposto em normativo interno próprio.

**6.2.1.2.** O fiscal acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.2.1.3.** O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e à prestação dos serviços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.2.1.4.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações, determinando prazo para a correção.

**6.2.1.5.** O fiscal informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as providências necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.2.1.6.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.2.1.7.** O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a data de término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual, se for o caso.

**6.2.1.8.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará a execução do empenho, os pagamentos, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.2.1.9.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, iniciando o respectivo processo de apuração de responsabilidade contratual, observando normativo interno próprio, dando conhecimento ao gestor.

**6.2.1.10.** Cabe ao fiscal do contrato emitir o Termo de Recebimento Provisório do objeto, documento comprobatório da avaliação realizada quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, se houver, e a eventuais penalidades aplicadas.

**6.2.1.11.** Os serviços relativos ao item 1 e 2 serão acompanhados pelos fiscais do contrato lotados na SEMAC e SEMAI respectivamente.

**6.2.1.12.** Os Fiscais do contrato do TRE-BA (SEMAC e SEMAI) somente farão o ateste da nota fiscal, mediante o recebimento das referidas notas, se devidamente acompanhadas dos relatórios pertinentes atestados por cada Chefe de Cartório da Zona Eleitoral.

## **6.2.2. Gestor do Contrato**

**6.2.2.1.** Cabe ao gestor do contrato, atentando-se ao que foi estabelecido neste Termo de Referência, e sem prejuízo de observância ao disposto em normativo interno próprio:

**6.2.2.1.1.** Coordenar os fiscais do contrato e a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, o qual deverá conter todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço ou pedido de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.2.2.1.2.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

**6.2.2.1.3.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, atuando para solucionar problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa, anotando-os, se necessário, no relatório de riscos eventuais.

**6.2.2.1.4.** Emitir Termo de Recebimento Definitivo, documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, salvo se designado outro responsável para tanto.

**6.2.2.1.5.** Assegurar-se de que foi instaurado o processo administrativo de apuração para fins de aplicação de sanções, observando o disposto em normativo interno.

**6.2.2.1.6.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, devendo contar com o auxílio dos fiscais.

**6.2.2.1.7.** Encaminhar a documentação pertinente à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade para adoção dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1.** São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência e na legislação vigente:

**a)** executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste instrumento, assim como com as características descritas na proposta;

**b)** atender às solicitações da Contratante nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência;

**c)** reparar, corrigir, remover, reconstruir ou reexecutar, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

**d)** responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

**e)** responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução do contrato;

**f)** manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;

**g)** não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, salvo se houver autorização neste termo de referência;

**h)** não contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau, durante a vigência do contrato.

**i)** conferir garantia dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**j)** cumprir os requisitos de proteção de dados pessoais e de segurança da informação previstos neste Termo de Referência e na

legislação própria;

k) observar as diretrizes previstas em normas técnicas aplicadas ao objeto deste Termo de Referência, quando couber.

l) controlar a frequência e a produtividade dos profissionais contratados para a realização dos serviços. A Justiça Eleitoral não se responsabilizará por quaisquer tipos de controle de frequência referidos neste subitem.

m) responsabilizar-se pelas despesas com transporte de seus empregados no deslocamento residência-TRE-residência.

n) encaminhar à Contratante, previamente ao início da execução dos serviços e sempre que houver substituição de profissionais, relação nominal dos empregados que atuarão na prestação dos serviços, inclusive daqueles indicados para compor eventual cadastro reserva, com a respectiva função, dados de identificação e demais informações necessárias à fiscalização contratual, observadas as normas de proteção de dados pessoais;

o) comprovar documentalmente, antes do início da execução dos serviços e sempre que solicitado pela Contratante, a experiência e/ou a capacitação técnica dos profissionais alocados, conforme requisitos previstos neste Termo de Referência, mediante apresentação de documentos, tais como registros profissionais, certificados, declarações, atestados, contratos ou outros meios compatíveis com a natureza dos serviços.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A Contratante obriga-se a:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes deste Termo de Referência;

d) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

9. INADIMPLEMENTO E PENALIDADES

9.1 A Administração poderá aplicar à Contratada, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

a) Atrasar o início dos serviços em qualquer zona eleitoral até o prazo máximo de 05 (cinco) horas - **0,2% (zero vírgula dois por cento) por hora de atraso, sobre o valor total do contrato, além do correspondente desconto proporcional no pagamento;**

b) Deixar de manter durante a execução dos serviços os profissionais adequadamente munidos dos equipamentos de proteção individual necessários à execução de suas tarefas - **0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência;**

c) Deixar de executar serviço solicitado pela Administração - **1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, podendo ser aplicada em quintuplo caso a omissão ocorra no dia do pleito e cause embaraço à realização da eleição.**

d) Não apresentar as ferramentas mínimas exigidas - **0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência;**

e) Inexecução total - **20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.**

f) Deixar de cumprir o prazo para a execução de serviços de correção no dia do plantão (item 4.3.7) - **0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, por hora e por ocorrência, até o limite de 5 horas.**

10. MEDIDAS ACAUTELADORAS

10.1. Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 26, inciso I, da Portaria nº 112/2023, do TRE/BA, reter de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo à eventual multa a ser-lhe aplicada.

10.2. Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

11. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

11.1. Serão pagos os seguintes percentuais do valor proposto, no caso da ocorrência de 2ºturno:

ITENS	1º TURNO	2º TURNO
ITEM 1 e ITEM 2	60%	40%

11.2. Não será aceita qualquer solicitação de eventual ressarcimento de horas trabalhadas além das previamente contratadas

11.3. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, após o recebimento definitivo dos serviços, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação e pagamento, na forma deste item.

11.4. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, com o fim de apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a

quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação, observando o que foi firmado no contrato, na nota de empenho e nos comprovantes da prestação efetiva do serviço, consoante disposto no art. 63 da [Lei nº 4.320/1964](#).

**11.4.1.** Para fins de liquidação, o setor competente da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade deve verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato, da Contratada e do órgão Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**11.5.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante, cabendo ao gestor e/ou aos fiscais diligenciarem para saneamento das pendências.

**11.6.** A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

**11.7.** Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

**11.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**11.9.** Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

**11.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso a Contratado não regularize sua situação.

**11.11.** Observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, o pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, no prazo estipulado no item 11.3.

**11.12.** Condiciona-se o pagamento à:

- a) apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa da execução do objeto contratado;
- b) declaração da fiscalização e do gestor do contrato de que a execução ocorreu conforme pactuado, o que se dará mediante os Termos de Recebimento Provisórios e Definitivo emitidos.

**11.13.** A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o número do contrato firmado com o TRE-BA, o período de faturamento ao qual se refere, o nome do banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

**11.14.** Será considerada a data do efetivo pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**11.15.** No caso de atraso no pagamento imputado exclusivamente à Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, sendo os juros de mora calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**11.16.** Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.

**11.17.** Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).

## **12. DAS COMPOSIÇÕES DOS PREÇOS DE MÃO DE OBRA**

### **12.1. DA MÃO DE OBRA**

Os valores da mão de obra foram calculados levando-se em conta o valor da hora constante no SINAPI para eletricista e supervisor geral com encargos complementares para o mês janeiro de 2026. Os encargos sociais utilizados foram os desonerados, estabelecidos no SINAPI, de 101,70%. Conforme Lei nº 14.973/2024, para o ano de 2026 as empresas têm a opção de escolher entre realizar o recolhimento do INSS sobre a receita bruta (2,7%) ou sobre a folha de salários (contribuição patronal de 10%).



ITEM 1 - SALVADOR

jan/26  
DESONERADO

salários (contribuição patronal de 10%).

ELETRICISTA Valor Hora R\$ SINAPI 01/26	BDI	VALOR HORA SEMANAL	VALOR HORA EXTRA SÁBADO	VALOR HORA DOMINGO	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 1º TURNO			TOTAL	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 2º TURNO			TOTAL
					NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%		NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%	
32,92	30,09%	NORMAL	70%	110%	44	8	12	3.545,83	16	8	12	2.346,75
		42,82	72,80	89,93	1.884,26	582,41	1.079,16		685,18	582,41	1.079,16	

SUPERVISOR Valor Hora R\$ SINAPI 01/26	BDI	VALOR HORA SEMANAL	VALOR HORA EXTRA SÁBADO	VALOR HORA DOMINGO	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 1º TURNO			TOTAL	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 2º TURNO			TOTAL
					NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%		NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%	
44,37	30,09%	NORMAL	70%	110%	44	8	12	4.779,11	16	8	12	3.162,99
		57,72	98,12	121,21	2.539,62	784,97	1.454,51		923,50	784,97	1.454,51	

1º TURNO	38	Eletricistas	3.545,83	134.741,42	139.520,53
	1	Supervisor	4.779,11	4.779,11	
2º TURNO	38	Eletricistas	2.346,75	89.176,69	92.339,67
	1	Supervisor	3.162,99	3.162,99	
				.520,53	
				TOTAL	231.860,20

ITEM 2 - FEIRA DE SANTANA

salários (contribuição patronal de 10%).

ELETRICISTA Valor Hora R\$ SINAPI 01/26	BDI	VALOR HORA SEMANAL	VALOR HORA EXTRA SÁBADO	VALOR HORA DOMINGO	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 1º TURNO			TOTAL	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 2º TURNO			TOTAL
					NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%		NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%	
32,92	30,09%	NORMAL	70%	110%	44	8	12	3.545,83	16	8	12	2.346,75
		42,82	72,80	89,93	1.884,26	582,41	1.079,16		685,18	582,41	1.079,16	

SUPERVISOR Valor Hora R\$ SINAPI 01/26	BDI	VALOR HORA SEMANAL	VALOR HORA EXTRA SÁBADO	VALOR HORA DOMINGO	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 1º TURNO			TOTAL	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 2º TURNO			TOTAL
					NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%		NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%	
44,37	30,09%	NORMAL	70%	110%	44	8	12	4.779,11	16	8	12	3.162,99
		57,72	98,12	121,21	2.539,62	784,97	1.454,51		923,50	784,97	1.454,51	

1º TURNO	9	Eletricistas	3.545,83	31.912,44	36.691,55
	1	Supervisor	4.779,11	4.779,11	

2º TURNO	9	Eletricistas	2.346,75	21.120,79	24.283,78
	1	Supervisor	3.162,99	3.162,99	

TOTAL	60.975,33
-------	-----------

salários (contribuição patronal de 10%).

ELETRICISTA Val or Hora R\$ SINAPI 01/26	BDI	VALOR HORA SEMANAL	VALOR HORA EXTRA SÁBADO	VALOR HORA DOMINGO	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 1º TURNO			TOTAL	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 2º TURNO			TOTAL
					NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%		NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%	
34,78	26,24%	NORMAL	70%	110%	44	8	12	3.635,44	16	8	12	2.406,07
		43,91	74,64	92,20	1.931,88	597,13	1.106,44		702,50	597,13	1.106,44	

SUPERVISOR Val or Hora R\$ SINAPI 01/26	BDI	VALOR HORA SEMANAL	VALOR HORA EXTRA SÁBADO	VALOR HORA DOMINGO	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 1º TURNO			TOTAL	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 2º TURNO			TOTAL
					NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%		NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%	
47,20	26,24%	NORMAL	70%	110%	44	8	12	4.933,67	16	8	12	3.265,28
		59,59	101,30	125,13	2.621,76	810,36	1.501,55		953,37	810,36	1.501,55	

1º TURNO	9	Eletricistas	3.635,44	32.719,00	37.652,66
	1	Supervisor	4.933,67	4.933,67	

2º TURNO	9	Eletricistas	2.406,07	21.654,60	24.919,88
	1	Supervisor	3.265,28	3.265,28	

TOTAL	62.572,54
-------	-----------

12.2. VALORES MÁXIMOS PARA A CONTRATAÇÃO

Apresentamos abaixo uma planilha resumo, mostrando o valor máximo calculado para a contratação do polo, juntando as estimativas de gastos com mão de obra e de material.

ITEM	1º TURNO		2º TURNO		VALORES TOTAIS		
ITEM 1 -POLO 1	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Total		
	Eletricista	Supervisor	Eletricista	Supervisor	Eletricistas + Supervisor	Materiais	Total final
	38	1	38	1	R\$ 231.860,20	R\$ 41.129,97	R\$ 272.990,17
ITEM 2 - POLO 10	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Total		
	Eletricista	Supervisor	Eletricista	Supervisor	Eletricistas + Supervisor	Materiais	Total final
	9	1	9	1	R\$ 60.975,33	R\$ 15.708,68	R\$ 76.684,01

13. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

13.1. As notificações emitidas pela Administração que implicarem abertura de prazo para cumprimento de obrigações, assim como as intimações dos despachos ou decisões que imponham deveres, restrições de direito ou sanções à Contratada, deverão ser feitas preferencialmente por meio eletrônico ou por qualquer ferramenta de mensagem instantânea, ou ainda, pessoalmente, desde que, em todos os casos, haja confirmação inequívoca do recebimento.

13.2. Frustradas as tentativas de comunicação pelos meios acima citados, esta deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado, ou ainda, em caso de aplicação de sanção, por edital, no Diário Oficial da União – DOU, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.

13.3. A comunicação dos atos processuais será dispensada quando o representante da Contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio.

14. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

14.1. Em observância ao disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a Contratada compromete-se juntamente com este Tribunal a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução do objeto, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do Contratante, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste Termo de Referência, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

14.2. A Contratada, sempre que necessário, dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata o presente item.

14.3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso da execução contratual e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

14.4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de um dia útil da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

14.5. A critério do Contratante, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

14.6. Sem prejuízo de observância às demais disposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), as informações produzidas ou custodiadas por este Tribunal devem ser tratadas em função do seu grau de confidencialidade, criticidade e temporalidade, garantindo-se a sua integridade, autenticidade, disponibilidade e a cadeia de custódia dos documentos.

14.7. Serão protegidas quanto à confidencialidade as informações classificadas e as que possuem sigilo, observando-se o disposto na LAI e na LGPD, na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, na Resolução CNJ nº 396, de 07 de junho de 2021, na Resolução TSE nº 23.644, de 1º de junho de 2021, na Portaria da Presidência do TRE-BA nº 405, de 17 de agosto de 2021 e, subsidiariamente, no Decreto nº 12.572/2025, sem prejuízo da observância de outros normativos que regem a matéria.

15. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS NA LICITAÇÃO

15.1. Não será admitida a participação de consórcio na licitação, uma vez que o objeto a ser contratado não abrange complexidade técnica e/ou não demanda grande capacidade econômica para sua execução/fornecimento, que possa justificar a participação de consórcio. Além disso, o mercado dispõe de várias empresas aptas a, por si só, cumprirem as obrigações do contrato. No ramo licitado é comum a participação de empresas de pequeno e médio porte que reúnem, individualmente, condições suficientes para cumprimento do contrato.

16. SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar.

ANEXO A

LISTA EXEMPLIFICATIVA DOS MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - CAPITAL

ESTIMATIVA DE MATERIAIS ELEIÇÕES 2026 - CAPITAL					
Cód	Base	Data	Descrição	Und	Quant
1013	SINAPI	jan/26	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, seção nominal 1,5	m	200

			mm <sup>2</sup>		
1014	SINAPI	jan/26	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, seção nominal 2,5 mm <sup>2</sup>	m	1.000
7631	SBC	fev/26	CABO HEPR PRETO 0,6/1KV 2 CONDUTORES 1,5mm2	m	800
2708	SBC	fev/26	CABO EPROTENAXG7 PRYSMIAN 1KV 4 CONDUTORES 2,5mm2	m	865
39257	SINAPI	jan/26	Cabo multipolar de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em hepr, cobertura em pvc-st2, antichama bwf-b, 0,6/1 kv, 3 condutores de 1,5 mm <sup>2</sup>	m	135
1253	SBC	fev/26	Cabo pp cordplast 2 condutores 450/750v 2,50mm <sup>2</sup>	m	305
	ORÇ	fev/26	Caixa de sobrepor com suporte e placa p/ 1 módulos	und	10
	ORÇ	fev/26	Caixa de sobrepor com suporte e placa p/ 3 módulos	und	30
34653	SINAPI	jan/26	Disjuntor tipo DIN/IEC, monopolar de 6 até 32a	un	5
829	ORSE	dez/25	disjuntor tripolar 100 a, padrão din (linha branca), corrente de interrupção 65ka, ref.: siemens 3vf22 ou similar.	und	5
12443	ORSE	dez/25	Fita adesiva silver tape 48mm x 50m	und	5
20111	SINAPI	jan/26	Fita isolante adesiva antichama, uso até 750 v, em rolo de 19 mm x 20 m	und	80
4696	ORSE	dez/25	Grampo para fixar fio elétrico	und	20
38077	SINAPI	jan/26	interruptor simples + tomada 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + suporte + módulos)	und	5
38062	SINAPI	jan/26	Interruptor simples 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + um suporte + módulo)	und	50
38068	SINAPI	jan/26	Interruptores simples (2 módulos) 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4"x 2" (placa + suporte + módulos)	und	10
38071	SINAPI	jan/26	Interruptores simples (3 módulos) 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4"x 2" (placa + suporte + módulos)	und	20
	ORÇ	fev/26	Lampada de led ultra 30w e-27	und	30
38194	SINAPI	jan/26	Lampada led 10 w bivolt branca, formato tradicional (base e27)	und	240
13754	ORSE	dez/25	Lâmpada led 12w de potência, luz branca autovolt, e27, marca glight ou similar	und	30
13286	ORSE	dez/25	Lâmpada led 15w de potência, luz branca autovolt, marca glight ou similar	und	700
39387	SINAPI	jan/26	Lampada led tubular bivolt 18/20 w, base g13	und	255
1345	ORSE	dez/25	Luminária (calha) p/ lampada fluorescente 2 x 40w/tubular LED 18w a 20w	und	18
8518	ORSE	dez/25	Plafon plástico branco com soquete E-27	und	180
34531	SBC	fev/26	Plug fêmea 2p + t	und	520
4887	ORSE	dez/25	Plugue para tomada, tipo macho, 2p+t 10a	und	615
13329	SINAPI	jan/26	Soquete de pvc / termoplástico base e27, com rabicho, para lâmpadas	und	25
64446	SBC	fev/26	Suporte/soquete plástico antivibratório para lâmpada fluorescente	und	80
38101	SINAPI	jan/26	Tomada 2p+t 10a, 250v (apenas módulo)	und	85
12147	SINAPI	jan/26	Tomada 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + suporte + módulo)	und	480
38076	SINAPI	jan/26	Tomadas (2 módulos) 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa+ suporte + módulos)	und	40

**ANEXO B**

**LISTA EXEMPLIFICATIVA DOS MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - FEIRA DE SANTANA**

<b>ESTIMATIVA DE MATERIAIS ELEIÇÕES 2026 - FEIRA DE SANTANA</b>				
<b>Código</b>	<b>Base</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Quant</b>
1014	SINAPI	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, seção nominal 2,5 mm²	m	200
1253	SBC	Cabo pp cordplast 2 condutores 450/750v 2,50mm²	m	200
505	ORSE -12/2025	Canaleta plastica 20 x 10mm, sem divisória (ref. 308 02, Pial Legrand ou similar)	m	100
34653	SINAPI	Disjuntor tipo DIN/IEC, monopolar de 6 ate 32a	und	10
20111	SINAPI	Fita isolante adesiva antichama, uso ate 750 v, em rolo de 19 mm x 20 m	und	10
38062	SINAPI	Interruptor simples 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + un suporte + modulo)	und	25
38068	SINAPI	Interruptores simples (2 modulos) 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4"x 2" (placa + suporte + modulos)	und	10
38194	SINAPI	Lâmpada de led bulbo 9w a60	und	20
39387	SINAPI	Lâmpada led tubular bivolt 18/20 w, base g13	und	50
8518	ORSE -12/2025	Plafon de sobrepor e27 100w 250v	und	30
34531	SBC	Plug femea 2p + t	und	30
4887	ORSE -12/2025	Plugue para tomada, tipo macho, 2p+t 10a	und	30
13791	ORSE -12/2025	Refletor Slim LED 100W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar	und	10
12147	SINAPI	Tomada 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + suporte + modulo)	und	35
38076	SINAPI	Tomadas (2 modulos) 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa+ suporte + modulos)	und	35
<b>Planilha estimativa de materiais - 155ª ZE</b>				
1014	SINAPI	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, seção nominal 2,5 mm²	m	200
1253	SBC	Cabo pp cordplast 2 condutores 450/750v 2,50mm²	m	200
505	ORSE -12/2025	Canaleta plastica 20 x 10mm, sem divisória (ref. 308 02, Pial Legrand ou similar)	m	100
34653	SINAPI	Disjuntor tipo DIN/IEC, monopolar de 6 ate 32a	und	10
20111	SINAPI	Fita isolante adesiva antichama, uso ate 750 v, em rolo de 19 mm x 20 m	und	10
38062	SINAPI	Interruptor simples 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + un suporte + modulo)	und	25
38068	SINAPI	Interruptores simples (2 modulos) 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4"x 2" (placa + suporte + modulos)	und	10
38194	SINAPI	Lâmpada de led bulbo 9w a60	und	20
39387	SINAPI	Lâmpada led tubular bivolt 18/20 w, base g13	und	50
8518	ORSE -12/2025	Plafon de sobrepor e27 100w 250v	und	30
34531	SBC	Plug femea 2p + t	und	30
4887	ORSE -12/2025	Plugue para tomada, tipo macho, 2p+t 10a	und	30
13791	ORSE -12/2025	Refletor Slim LED 100W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar	und	10

12147	SINAPI	Tomada 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + suporte + modulo)	und	35
38076	SINAPI	Tomadas (2 modulos) 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa+ suporte + modulos)	und	35

Planilha estimativa de materiais - 156ª ZE

1014	SINAPI	Cabo de cobre, flexivel, classe 4 ou 5, isolacao em pvc/a, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, secao nominal 2,5 mm²	m	200
1253	SBC	Cabo pp cordplast 2 condutores 450/750v 2,50mm²	m	200
505	ORSE -12/2025	Canaleta plastica 20 x 10mm, sem divisória (ref. 308 02, Pial Legrand ou similar)	m	100
34653	SINAPI	Disjuntor tipo DIN/IEC, monopolar de 6 ate 32a	und	10
20111	SINAPI	Fita isolante adesiva antichama, uso ate 750 v, em rolo de 19 mm x 20 m	und	10
38062	SINAPI	Interruptor simples 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + un suporte + modulo)	und	25
38068	SINAPI	Interruptores simples (2 modulos) 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4"x 2" (placa + suporte + modulos)	und	10
38194	SINAPI	Lâmpada de led bulbo 9w a60	und	20
39387	SINAPI	Lâmpada led tubular bivolt 18/20 w, base g13	und	50
8518	ORSE - 12/2025	Plafon de sobrepor e27 100w 250v	und	30
34531	SBC	Plug femea 2p + t	und	30
4887	ORSE - 12/2025	Plugue para tomada, tipo macho, 2p+t 10a	und	30
13791	ORSE - 12/2025	Refletor Slim LED 100W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar	und	10
12147	SINAPI	Tomada 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + suporte + modulo)	und	35
38076	SINAPI	Tomadas (2 modulos) 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa+ suporte + modulos)	und	35

Planilha estimativa de materiais - 157ª ZE

1014	SINAPI	Cabo de cobre, flexivel, classe 4 ou 5, isolacao em pvc/a, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, secao nominal 2,5 mm²	m	200
1253	SBC	Cabo pp cordplast 2 condutores 450/750v 2,50mm²	m	200
505	ORSE -12/2025	Canaleta plastica 20 x 10mm, sem divisória (ref. 308 02, Pial Legrand ou similar)	m	100
34653	SINAPI	Disjuntor tipo DIN/IEC, monopolar de 6 ate 32a	und	10
20111	SINAPI	Fita isolante adesiva antichama, uso ate 750 v, em rolo de 19 mm x 20 m	und	10
38062	SINAPI	Interruptor simples 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + un suporte + modulo)	und	25
38068	SINAPI	Interruptores simples (2 modulos) 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4"x 2" (placa + suporte + modulos)	und	10
38194	SINAPI	Lâmpada de led bulbo 9w a60	und	20
39387	SINAPI	Lâmpada led tubular bivolt 18/20 w, base g13	und	50
8518	ORSE - 12/2025	Plafon de sobrepor e27 100w 250v	und	30
34531	SBC	Plug femea 2p + t	und	30

4887	ORSE - 12/2025	Plugue para tomada, tipo macho, 2p+t 10a	und	30
13791	ORSE - 12/2025	Refletor Slim LED 100W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar	und	10
12147	SINAPI	Tomada 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + suporte + modulo)	und	35
38076	SINAPI	Tomadas (2 modulos) 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa+ suporte + modulos)	und	35

ANEXO C

VALOR ADOTADO PARA BDI

MODELO DE COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS

763. com Encargos Desonerados - Serviços Técnicos de Engenharia

BDI POSTOS DE TRABALHO				
DESCRIÇÃO				TAXA (%)
AC		Administração Central		4,00
S + G		Seguros + Garantias		0,80
R		Riscos		1,27
DF		Despesas Financeiras		1,23
L		Lucro/Remuneração		7,40
Tributos	Tributos			
	ISS	Imposto Sobre Serviços		5,00
	C	COFINS		3,00
	P	PIS		0,65
	CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta		2,70
BDI CALCULADO (%)				30,09%

BDI MATERIAIS					
DESCRIÇÃO				TAXA (%)	
AC		Administração Central		1,50	
S + G		Seguros + Garantias		0,48	
R		Riscos		0,56	
DF		Despesas Financeiras		1,11	
L		Lucro/Remuneração		5,11	
Tributos	Tributos				
	ISS	Imposto Sobre Serviços			3,65
	C	COFINS		3,00	
	P	PIS		0,65	
	CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta			
BDI CALCULADO (%)				13,10%	



### **FÓRMULA DO BDI**

A fórmula para cálculo da taxa a ser acrescida aos custos diretos de um empreendimento a título de Benefícios e Despesas Indiretas é:

$$\text{BDI} = \frac{(1 + (\text{AC} + \text{S} + \text{R} + \text{G})) (1 + \text{DF}) (1 + \text{L})}{(1 - \text{T})} - 1$$

Em que:

AC = taxa representativa das despesas de rateio da administração central; S + G = taxa representativa de seguros mais garantias;

R = taxa representativa de riscos;

DF = taxa representativa das despesas financeiras; L = taxa representativa do lucro/remuneração;

T = taxa representativa da incidência de tributos.



Documento assinado eletronicamente por **Cátia Neves Cerqueira Souza, Técnico Judiciário**, em 07/05/2026, às 13:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Rosario dos Santos Galderisi, Chefe de Seção**, em 07/05/2026, às 13:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3862405** e o código CRC **06597D98**.

0004545-20.2026.6.05.8000

3862405v6